

A adesão de Portugal à Comunidade

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Vítor Martins

A adesão de Portugal às Comunidades Europeias (CE), a 1 de Janeiro de 1986, foi o facto mais marcante da política externa portuguesa no pós-25 de Abril.

O binómio «democracia-desenvolvimento» foi o motor da adesão, como hoje é generalizadamente reconhecido. E nunca é demais recordar quanto se deve ao espírito visionário do Dr. Mário Soares essa aposta na integração europeia.

A integração de Portugal nas três Comunidades Europeias de então não foi apenas um grande passo, foi um extraordinário salto em frente que colocou o nosso país num superior patamar político, económico e social. A avaliação da adesão de Portugal às CE está ainda muito por fazer e, de um modo geral, subestima-se o seu impacto, quer na alavancagem do nosso desenvolvimento, quer na estabilidade e consolidação do regime democrático, da mesma forma que se tende a sobrestimar a retórica política em torno das falsas questões da identidade e da soberania.

Coube ao Prof. Cavaco Silva liderar o país no momento da adesão, e assim liderar também essa arrancada de desenvolvimento que proporcionou à economia portuguesa um dos mais prósperos períodos da sua história. Fê-lo, como hoje é globalmente reconhecido, com grande determinação, rigor e sentido estratégico.

No plano económico, a integração europeia trouxe consigo várias boas notícias, das quais destaco a concorrência, a modernização das infra-estruturas, o investimento directo estrangeiro.

Continuo a considerar que a consagração do conceito de competição em mercado aberto foi um dos aspectos mais relevantes da adesão às Comunidades Europeias, tanto mais quanto a economia portuguesa tinha vivido sempre debaixo de um paradigma proteccionista, de que foram marcos o condicionamento industrial, o controlo administrativo do comércio externo, os monopólios de Estado e a reserva dos mercados coloniais.

Mais conhecido é o impacto da adesão na extraordinária modernização das infra-estruturas, cujo exemplo mais visível e emblemático, é a rede de auto-estradas, que era na prática inexistente em 1986 (apenas algo mais do que meia centena de quilómetros nessa data!). Mas os portos, aeroportos, a rede eléctrica, as barragens, o saneamento básico e até instalações dos sistemas educativo e desportivo também beneficiaram consideravelmente dos apoios financeiros das CE, nomeadamente do FSE, do FEDER e, mais tarde, do Fundo de Coesão. A esses apoios se juntou o PEDIP, um programa de promoção da modernização da indústria portuguesa que constituiu uma marca específica dos apoios estruturais comunitários ao nosso país.

O crescimento exponencial do investimento directo estrangeiro (quintuplicou nos primeiros cinco anos após a adesão!) constituiu um dos efeitos mais positivos da adesão. Esses investimentos trouxeram mercados, tecnologias, management e induziram também significativos efeitos indirectos, para além, naturalmente, do consequente efeito-demonstração. É nessa esteira, por exemplo, que o sector automóvel se eleva ao topo dos sectores exportadores.

Assim, foi possível que Portugal tenha ultrapassado a Grécia no indicador do PIB per capita, um ano depois da adesão e tivesse passado de um nível de 53% relativamente à média comunitária para cerca de 73%, quinze anos depois.

A adesão teve, naturalmente, um impacto considerável na nossa ordem jurídica, pela absorção do direito comunitário, primário e derivado. Teve também impacto na Administração Pública, aspecto menos evidenciado porque menos mediatizado. A integração europeia desafiou a Administração do Estado a dar resposta às exigências de uma participação plena nas instituições comunitárias, em especial no Conselho de Ministros. Tratava-se de defender o interesse nacional nessas instâncias, mas tratava-se também de contribuir activamente para a definição do interesse comum e para a formação das decisões comunitárias que o salvaguardavam.

Fazer consagrar o interesse nacional como um interesse comum era, por norma, o grande desafio que se colocava aos nossos representantes. E está por dizer que a Administração Pública se saiu muito bem desse desafio, mormente nos primeiros anos. Não foi por acaso, nem por excesso de gentileza que lhe não vai ao estilo, que Jacques Delors classificou Portugal, no início dos anos 90, como o «bom aluno» da Europa. Esse foi um atestado da credibilidade conquistada com a adesão.

A política externa portuguesa ganhou uma nova dimensão multilateral. A Representação Portuguesa junto das Comunidades Europeias (REPER) passou a ser um dos centros mais relevantes, senão mesmo o mais relevante, da nossa representação externa. Mas

também a diplomacia bilateral ganhou uma nova dimensão. E se houve inicialmente a noção de que a integração europeia como que podia atrofiar a diplomacia bilateral, nomeadamente no quadro europeu, rapidamente se apercebeu de que, ao contrário, a nossa representação externa no seu todo saiu reforçada no seu escopo e na sua missão. A nossa influência na cena internacional resultou acrescida por via da adesão e disso há provas concretas (Timor-Leste, PALOPS, Brasil, etc.).

Todavia, no topo dos topos do impacto da integração de Portugal nas CE colocaria, sem hesitar, as relações com Espanha. Uma viragem histórica foi operada em 1986 nas relações entre os dois países ibéricos. O tema é tão vasto e desafiante que é impossível sequer enunciá-lo nalguns parágrafos.

De súbito, Portugal e Espanha encontraram-se não só competidores, mas também parceiros. Do antagonismo ancestral passou-se para um diálogo permanente em busca de convergências e sinergias. A «cortina de desconfiança» foi caindo e a relação que era historicamente frágil virou intensa e frutífera. A Espanha passou a ser o nosso maior cliente e fornecedor (antes da adesão não aparecia sequer nos cinco primeiros lugares!).

Em múltiplas negociações comunitárias a convergência estratégica entre Portugal e Espanha foi um trunfo negocial, como, por exemplo, na coesão económica e social, na América Latina, no Mediterrâneo. Descobriram-se complementaridades sinérgicas e mesmo no plano cultural a comunicação ibérica tornou-se fluida e descomplexada. A integração europeia permitiu criar um novo quadro de relações entre Portugal e Espanha que superou complexos do passado e permitiu tirar partido do potencial económico (e político!) que estava prisioneiro de um antagonismo atávico.